

INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS QUE VIVENCIAM VIOLÊNCIAS

(2010)

Adelma Pimentel

PHD em Psicologia e psicopatologia do desenvolvimento, Évora/PT. Vice-diretora da faculdade de psicologia da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora e orientadora no Mestrado em Psicologia na UFPA. Coordenadora do Núcleo de pesquisas fenomenológicas. CNPq (Brasil)

Contacto:

adelmapi@ufpa.br

RESUMO

Reflexão teórica sobre famílias e violência usando como fontes literatura produzida nas áreas da Psicologia e Sociologia visando contribuir com ferramentas analíticas para a orientação do trabalho de psicólogos que atuam em instituições públicas de saúde com famílias que vivenciam violência privada. Trabalhar com famílias requer conhecer origens, tipologia, formas de tratamento e intervenção, políticas públicas e legislação no campo dos direitos humanos. Os Psicólogos realizar psicodiagnósticos processuais e não classificatórios e problematizar permanentemente a inter-relação com o contexto público em que as violências acontecem, pois consideramos que os atos públicos e privados estão imbricados mutuamente. Conclusão: A pesquisa-intervenção com famílias que vivenciam violência privada requer ações dialéticas: do estado, das próprias famílias e da sociedade civil organizada. No âmbito privado fomentar a construção de novos vínculos e dinâmicas afetivas para as famílias; reconhecer as identidades dos vários sujeitos e atores que as constituem; considerar o poder enquanto fluxo e as pessoas como outros livres da dominação e controle; renomear e ressignificar as praticas amorosas; sair da idealização prescrita pelo amor romântico; elaborar projetos coletivos que incluam a voz e o direito a escuta de todos os atores que convivem nos arranjos familiares; dialogar e redistribuir o poder para reduzir a violência privada e suas repercussões psicossociais.

Palavras-chave: Famílias, psicólogos, intervenção

INTRODUÇÃO

Etimologicamente o signo família deriva do latim famulus (Odalía, 1991) que significava um conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor (esposa, filhos).

Na cultura greco-romana, o patriarca tinha direito prioritário sobre seus fâmulos e suas funções eram de controle e dominação. Na legislação brasileira o código civil de 1946, a constituição de 1988 e a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres abreviaram o poder do pai; também, a organização da sociedade civil em movimentos sociais juntamente com a exigência dos profissionais da saúde notificar casos de violência atendidos conferiu visibilidade à violência privada. (Granjeiro & Costa, 2007)

A despeito do avanço das políticas públicas e das pesquisas científicas, permanecem ressonâncias das funções do pai-patriarca na cultura familiar, nas dinâmicas e vínculos geradores das violências privadas, sobretudo na existência de mulheres e crianças que são, por vezes, tratadas como objetos e podem ser vendidas, abusadas ou manipuladas, conforme o estado de espírito dos senhores em nome das tradições e dos símbolos de cada região.

Trabalhar com famílias requer aos Psicólogos e outros profissionais da saúde conhecer origens, tipologia, formas de tratamento e intervenção, políticas públicas e legislação no campo dos direitos humanos; e que aprendam a realizar psicodiagnósticos (processuais e não classificatórios que fixam padrões) da violência privada e problematizar permanentemente a inter-relação com o contexto público em que ela acontece, pois, consideramos que os atos públicos e privados estão imbricados mutuamente.

A reconfiguração das famílias não se dá pela intervenção excessiva do estado prescrevendo normas idealizadas do que os cuidadores devem ou não fazer, sob a pena de sofrerem sanções. O estado sem aparelhamento, por exemplo, criar campos de trabalho aos pais, escolas e saúde gera violência institucional.

E quando a intervenção não é excessiva é ineficiente, por exemplo, para redução da violência de gênero não altera a lógica patriarcal e não oferece suportes adequados às mulheres e aos filhos retirados de suas casas para evitar serem assassinatos por pais/maridos “inconformados” com a separação.

Tais perspectivas reduzem o estado a ações formais. As políticas públicas somente são efetivas quando construídas coletivamente e as famílias chamadas a dizer o que demandam.

A violência institucional do estado contribui para a desagregação das famílias, quando trata os cidadãos intimidando, alijando, excluindo, colocando no ostracismo, incutindo o medo e/ou o terror pela insegurança pública.

Famílias não são grupos lineares, isto é que vivem em plena e irrestrita intimidade. Às vezes dividir a mesma casa implica em não se olhar, comunicar, bem como o silêncio pode ser manifestação de violência psicológica.

Através do desvelamento da ideologia que prescreve papéis para os gêneros e para as famílias nos capacitamos a colaborar para a redução da violência privada.

O conceito de ideologia que me valho é o proposto em Maluschke (2004, p.41) pela vinculação que o autor estabelece com a violência. Seu argumento central para discorrer sobre o campo semântico é vincular o mesmo a ética e não apenas a epistemologia, “As fontes de violências de grande escala são aquelas ideologias nas quais predomina uma mentalidade totalitária, intolerante e militante”.

A violência praticada entre os cônjuges é proveniente da ação de várias ideologias: a) capitalista; b) patriarcal; c) ciência; d) religião; e) estado. Portanto, os estudos e as intervenções evidenciam a importância da adoção do ato intencional de dismantelar tais ideologias em todas as suas complexidades.

Conforme Ramos, Santos & Dourado (2009, p. 147), “A violência perpetrada por cônjuges e/ou familiares no espaço doméstico é também chamada de violência intrafamiliar e, por seu caráter privado, apresenta duas conseqüências: a manutenção das agressões como um “segredo” e a aceitação social de que em tais práticas violentas não se deve intervir”.

Isto posto, indico que o caminho analítico que fazemos implica em usar a categoria **violência privada** para abordar a violência que ocorre na família superando as diversas taxonomias.

O signo “doméstico” não se coaduna com a presente realidade política e cultural relativa ao gênero feminino cunhada pela ação dos vários movimentos em prol da cidadania das mulheres. Dizer que algo é doméstico é limitar ao âmbito da casa o cenário da inserção produtiva das mulheres, bem como manter as ações violentas no enquadramento familiar.

Thurler & Bandeira (2009, p.169) afirmaram que “Há uma ampliação de ideários femininos descentralizados do casamento. As mulheres casam mais tardiamente, questionam investimentos exclusivos no casamento e, em seus horizontes, passaram a incluir projetos profissionais e de estudos, trabalho voluntário, arte, ecologia, etc.”

Lamentavelmente, a saída das mulheres para o mundo público não é universal. A “domesticidade” prossegue como signo recorrente nos processos de subjetivação de algumas mulheres. Nas instituições que atendem famílias, os profissionais de saúde requerem habilitar-se em uma prática permeada pelo zelo e cuidado.

Reduz o sofrimento de quem sofre violência privada não ser exposto a inúmeros e exaustivos inquéritos sobre o acontecido. Também ser tratado com interesse recebendo respostas elucidativas e encaminhamentos eficazes. Tais procedimentos caracterizam a superação de uma

forma de violência, o assédio moral, cujos efeitos subjetivos podem levar a descrença na ação do estado e das próprias competências com recuo da busca da superação da violência conjugal.

OBJETIVO

Reflexão teórica sobre famílias e violência usando como fontes artigos e livros produzidos nas áreas da Psicologia e Sociologia, visando contribuir com ferramentas analíticas para a orientação do trabalho de profissionais que atuam em instituições públicas de saúde com famílias que vivenciam violência privada

MÉTODO

Pesquisa qualitativa bibliográfica sobre famílias e violência privada. O material é constituído por artigos e livros. (Gil, 2002). O desenho do estudo é sustentado pela lógica configuracional caracterizada pela produção teórica do pesquisador; influências que não expressam uma ordem explícita; confrontação com o empírico. (Gonzalez-Rey, 2002). A análise considera a identificação de conceitos presentes nos textos estudados, avaliação crítica e reflexiva e interpretação global e individual das fontes.

RESULTADOS

Dentre os conceitos de família encontrados, foi comum a idéia de conjunto de relações caracterizadas por influência recíproca, direta, intensa e duradoura entre seus membros. Pinnelli (2010) mencionou que a literatura sociológica da família criou o termo família pós-moderna para descrever as peculiaridades dos arranjos de gênero e parentesco contemporâneos: pluralismo, desordem e fragmentação, corroborados por (Odalía, 1991) que inclui no conceito de família as uniões homoafetivas.

Por sua vez, Oliveira, Siqueira, Dell'Agio & Lopes (2008), afirmam que coexistem culturalmente famílias tradicionais, casais dividindo os cuidados dos filhos e da organização familiar, mulheres e homens assumindo sozinho o sustento financeiro da família/ produções independentes (monoparentalidade), famílias reconstituídas/recasadas, casais sem filhos e com filhos adotivos, entre outras. Destarte, a consangüinidade, não é mais a única referência para situar um grupo de pessoas como família.

Arranjos familiares e família são categorias de análise que dispomos para compreender os vínculos, companheirismo, o amor, separações, violência doméstica, etc.

Matriz é um conjunto de informações que identifica a relação conjugal apontando as concepções de casamento, de amor, papéis e valores de cada cônjuge. No casamento moderno, a matriz é constituída pelo pátrio poder, controle da sexualidade da mulher, classificação da mulher enquanto mãe e prostituta, ênfase na reprodução e na maternidade, isolamento da família, privacidade, controle da sexualidade infantil e dos afetos.

A matriz pós-moderna é caracterizada pela fluidez dos vínculos, sexo casual para homens e mulheres, aumento das disfunções sexuais, consumo de novidades sexuais, engenharia genética substituindo a reprodução por meio do casamento e relacionamentos públicos e privados sem intimidade

Em resumo, o casamento moderno determinou a formação da matriz da família nuclear: O sistema burguês da família nuclear baseou-se em três dimensões vitais principais: a formação de laços de união dos adultos, as relações sexuais e a procriação de filhos (Pinelli, 2010), e o casamento pós-moderno alterou a gênese desta estabelecendo novas bases para organização social, sendo o materialismo, a permissividade, relatividade e niilismo os suportes básicos da matriz.

Uma consequência da matriz pós-moderna de casamentos para a formação das famílias é a intolerância, descompromisso, ausência de projeto conjugal e intensa presença da violência e da influência do dinheiro na manutenção ou segregação dos vínculos.

No atendimento a casais que realizamos na clínica psicológica da Universidade Federal do Pará é comum escutarmos das mulheres que vivenciam violência privada a avaliação do marido como “o todo poderoso” e delas mesmas como, “não sou ninguém”. Quando ouço tais proposições me inquieto com a profundidade da introjeção e do grau de destruição do auto-conceito sinalizado no discurso acerca da situação de vivência crônica de violência.

Além deste indício de aniquilamento, ouço também manifestações de um desejo de vingança e ressentimento, por exemplo, “eu vou mostrar para ele que eu consigo vencer”. Esta frase tem sido expressa por mulheres que ainda não estão separadas, mas que tomaram a iniciativa de procurar as redes de apoio para examinar os vínculos conjugais. Embora tal ação favoreça a saída da situação de violência privada, também denota que a atuação da mulher continua orientada pelo controle subjetivo imposto pelo marido/companheiro.

DISCUSSÃO

O fenômeno da violência privada é uma das maiores contradições da família moderna, já que nela podem coexistir tanto a realização pessoal dos seus membros, comunicação conjugal e intergeracional, quanto à subsunção das mulheres, crianças e idosos.

Nesta perspectiva, a intervenção com famílias que vivenciam violência privada requer a compreensão e prática da ética do cuidado, conforme a visão de Carol Gilligan (1982), para quem a consciência, o reconhecimento da responsabilidade de uns pelos outros e a comunicação são suportes para a família solucionar conflitos

Consideramos que o trabalho em educação e saúde no campo da redução da violência que acomete famílias requer superar modelos reducionistas de alguns enfoques científicos de família, por exemplo, a) estruturais, que apontam haver uma composição que serve de parâmetro para avaliar a “desestruturação”; b) funcionalistas preocupados com a “disfuncionalidade”.

O atendimento às famílias requer a criação de projetos e programas orientados para compreensão dos vínculos e dinâmicas, não da desestruturação ou disfuncionalidade. Situar as famílias atendidas em sua historicidade, espacialidade, temporalidade e motivações permitem abarcar a pluridimensionalidade das mesmas.

Consideramos oportuno que os profissionais da saúde: a) examinem a bagagem existencial de cada cônjuge; b) pesquisem quais os vínculos econômicos implicados na manutenção da família; c) entendam os atos de cuidado que os cônjuges cultivam e fomentam entre si e com os filhos/irmãos; d) verifiquem o que cada integrante da família considera sua (co) responsabilidade na atualização dos vínculos.

CONCLUSÃO

As famílias continuam alterando sua composição. Atualmente a coabitação pré-marital, como um preâmbulo ou uma opção ao casamento, e coabitação pós-marital, como uma alternativa ao recasamento estão entre os arranjos conjugais (Pinelli, 2010). As mudanças alteram os papéis do gênero feminino, contudo, a cultura ocidental ainda é atravessada pelo patriarcado em sua versão contratual, o que continua gerando violência privada e tratamento da mulher e dos filhos como objetos.

A pesquisa-intervenção com famílias que vivenciam violência privada requer ações dialéticas do estado, das próprias famílias e da sociedade civil organizada. No âmbito privado fomentar a construção de novos vínculos e dinâmicas afetivas para as famílias; reconhecer as identidades dos vários sujeitos e atores que as constituem; considerar o poder enquanto fluxo e as pessoas como outros livres da dominação e controle; renomear e ressignificar as práticas amorosas; sair da idealização prescrita pelo amor romântico; elaborar projetos coletivos que incluam a voz e o direito a escuta de todos os atores que convivem nos arranjos familiares; dialogar e redistribuir o poder para reduzir a violência privada e suas repercussões psicossociais.

Em tempos de desencontro há necessidade que as famílias recriem valores de referência para transmitir aos filhos favorecendo o reconhecimento da alteridade e da subjetividade.

REFERÊNCIAS

ODALIA, N. (1991) O que é violência? *Coleção Primeiros Passos*, SP: Brasiliense, nº 85,

GRANJEIRO, Ivonete A C L. & COSTA, Liana Fortunato (2007). A ação dos operadores do direito e da psicologia em casos de abuso sexual, In, WWW.psicologia.com.pt, acessado em fevereiro de 2010.

GIL, Antonio Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

GILLIGAN, Carol (1982). *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. RJ: Rosa dos Tempos.

GONZÁLEZ REY, F. L. (2002). La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica. Em Furtado, O. & González Rey, F. L. (Orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo, Casa do psicólogo.

PINELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docsoutraspub/demographicas2/demographicas2artigo2_55a98.pdf f. acedido em 14.06.2010

OLIVEIRA, D; SIQUEIRA, A C; DELL'AGIO, D D & LOPES, R de C S. *Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica*. *Interação em Psicologia*, 2008. 12(1) p.87-98